CÓDIGO

TRIBUTÁRIO

MUNICIPAL

ÍNDICE

		ART	ΓIG	os			
Disposição Preliminar		1°					
Livro Primeiro - Parte E	special - Tributos	2°					
	Título I						
	DOS IMPOSTOS						
CAPÍTULO I							
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA							
Seção I	Hipótese de Incidência		a	6°			
Seção II	Sujeito Passivo	7°		÷.			
Seção III	Base de Cálculo e Alíquota	80	a 1	12			
Seção IV	Lançamento		a 1				
Seção V	Do Cadastro Imobiliário Fiscal	17	a 1	19			
Seção VI	Isenções	20					
	CAPÍTULO II						
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA							
Seção I	Hipótese de Incidência	Care Color	a 2	28			
Seção II	Sujeito Passivo		a 3				
Seção III	Base de Cálculo e Alíquota	33					
Seção IV	Lançamento	38	a 4	46			
Seção V	Da Inscrição	47					
Seção VI	Da Escrita Fiscal	48					
Seção VII	Arrecadação	49	a :	51			
Seção VIII	Isenções	52					
	CAPÍTULO III						
DO IMP	OSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IN	IÓVEIS					
Seção I	Do Fato Gerador e da Incidência	53	a s	54			
Seção II	Das Imunidades e da Não Incidência	55					
Seção III	Das Isenções	56					
Seção IV	Do Contribuinte e do Responsável		a t	58			
Seção V	Da Base de Cálculo	59					
Seção VI	Das Alíquotas	60					
Seção VII	Do Pagamento	61	a (65			
Seção VIII	Das Obrigações Acessórias	66	a (69			
Seção IX	Das Penalidades	70	a i	72			

U		
Ü	The state of the s	
	ESTADO DO PIAUÍ	
ĭ	PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA	
$\overline{}$	Título II	
\cup	DAS TAXAS	
	CAPÍTULO I	
	DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
_	Seção I Hipótese de Incidência	73 a 77
_	Seção II Sujeito Passivo	78
\cup	Seção III Base de Cálculo e Alíquota	79
U	Seção IV Lançamento	80
U	Seção V Arrecadação	81 a 82
0		
Č	CAPÍTULO II	
	DA TAXA DE LICENÇA	
\cup	Seção I Hipótese de Incidência	83 a 92
	Seção II Base de Cálculo e Alíquota	93 a 95
U	Seção III Lançamento	96
22	Seção IV Arrecadação	97
Ŭ	Seção V Isenções	98
0		
\cup	Título III	
U	DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	
U	Seção I Hipótese de Incidência	
Ü	n perced de moidentila	99
		100
\sim	C N/	101
\cup	Seção IV Lançamento	102a 106
\cup	Livro Comundo	
U	Livro Segundo	
U	Parte Geral Título I	
	DAS NORMAS GERAIS	
~	CAPÍTULO I	
_	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	107 - 111
U		107 a 111
0	Título II	
\cup	CAPÍTULO I	
U	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	112
U		4.45
100	CAPÍTULO II	
_	Seção I Sujeito Passivo	113 a 114
\circ	Seção II Solidariedade	115
-	Seção III Capacidade Tributária	116
\cup	Seção IV Domicilio Tributário	117 a 121
Ü		100000000000000000000000000000000000000
	CAPÍTULO III	
	Seção I - Responsabilidade Tributária	122 a 125
_		
0	Título III	
$\overline{}$	CRÉDITO TRIBUTÁRIO	
\cup	LANÇAMENTO CAPÍTULO I	220
\cup	2 II QAMENTO	126 a 136
U	2	*
U	a a contract of the contract o	#

SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUT	CAPÍTULO II ÁRIO	137 a 140	
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁR	CAPÍTULO III RIO	141 a 157	
CAPÍTULO IV EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		158 a 163	
CAPÍTULO V GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		164 a 166	
ADMIN	Título IV IISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA CAPÍTULO I		
FISCALIZAÇÃO		167 a 174	
Seção II Do Jul Seção II Do Jul	CAPÍTULO II sso Administrativo Tributário gamento em Primeira Instância gamento em Segunda Instância ocesso da Consulta	175 a 198 199 a 203 204 a 208 209 a 214	
Seção I Dívida Seção II Certido	CAPÍTULO III Ativa ões Negativas	215 a 222 223 a 225	
	CAPÍTULO IV ões e Penalidades sições Finais	226 a 234 235 a 242	

LEI N.º 115/08 de 12 de Dezembro de 2008

DISPÕE SOBRE O CÓDIGO MUNICIPIO DE TRIBUTÁRIO DO DO VÁRZEA BRANCA, ESTADO PIAUI.

O Prefeito Municipal de VÁRZEA BRANCA, Estado do Piaui, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Sem prejuízo das normas legais supletivas e das disposições regulamentares, com fundamento na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal de VÁRZEA BRANCA, esta Lei dispõe sobre o Sistema Tributário do Município, regulando e alterando toda a matéria tributária de competência municipal.

Livro Primeiro

PARTE ESPECIAL - TRIBUTOS

Art. 2º - Compõe o sistema tributário do Município os seguintes tributos :

- | Impostos:
- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- b) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza;
- c) Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis;
- II Taxas, em razão exercício de polícia:
- a) de licença para localização;
- b) de licença para funcionamento e/ ou de renovação de funcionamento em norário normal ou especial;
- de licença para execução de obras;
- d) de licença para publicidade;
- e) de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos.
- III -Taxas, decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, especificos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos à sua disposição:
- a) de limpeza pública;
- b) conservação de vias e logradouros públicos;
- c) coleta de lixo domiciliar.

IV - Contribuição de Melhoria.

Título I

DOS IMPOSTOS CAPITULO I

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

Seção I

HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 3º - A hipótese de incidência do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel, por natureza ou acessão física, localizado na zona urbana do município.

Parágrafo Único - O fato gerador do imposto ocorre anualmente, no dia primeiro de janeiro.

- Art. 4º Para os efeitos deste imposto, considera-se zona urbana a definida e delimitada em lei municipal onde existam, pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construidos ou mantidos pelo poder público:
 - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
 - II. abastecimento de água;
 - III. sistema de esgotos sanitários;
 - IV. rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para a distribuição domiciliar,
 - V. escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.
- § 1º Consideram-se também zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, definidas e delimitadas em lei municipal, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes e destinados a habitação, a indústria ou ao comércio, localizados fora da zona acima referida.
- § 2º O Imposto Predial e Territorial Urbano incide sobre o imóvel localizado dentro da zona urbana, independentemente de sua área ou de seu destino.
- Art. 5º O bem imóvel, para os efeitos deste imposto, será classificado como terreno ou prédio.
- § 1º considera-se terreno o bem imóvel:
 - sem edificação;
 - em que houver construção paralisada ou em andamento;
 - III. em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;
 - IV. cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.
- § 2º Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.
- Art. 6º A incidência do Imposto independe:
 - da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel:
 - II. do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel;
 - III. do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares e administrativas relativas ao bem imóvel.

Seção II

SUJEITO PASSIVO

- Art. 7º Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imôvel.
- § 1º Para os fins deste artigo, equiparam-se ao contribuinte o promitente comprador imitido na posse, os titulares de direito real sobre imóvel alheio e o fideicomissário.
- § 2º Conhecido o proprietário ou o titular do domínio útil e o possuidor, para efeito de determinação do sujeito passivo, dar-se-á preferência aqueles e não a este; dentre aqueles, tomar-se-á o titular do domínio útil.
- § 3º Na impossibilidade de eleição do proprietário ou titular do dominio útil devido ao fato de o mesmo ser imune ao imposto, dele estar isento, ser desconhecido ou não localizado, será responsável pelo tributo aquele que estiver na posse do imóvel.

- 11 ----

f

Seção III

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 8° - A base de cálculo do imposto é o valor venal do bem imóvel.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, considera-se valor venal:

- nos casos de terrenos não edificados, em construção em ruínas ou em demolição, o valor da terra nua:
- nos demais casos, o valor da terra e da edificação, considerados em conjunto.
- Art. 9º O valor venal do bem imóvel será conhecido:
 - tratando-se de prédio, pela multiplicação do valor de metro quadrado de cada tipo de edificação, aplicados os fatores corretivos dos componentes da construção, pela metragem da construção, somado o resultado ao valor do terreno, observada a tabela de valores de construção, constantes no decreto de regulamentação do C.T.M.
 - tratando-se de terreno, levando-se em consideração as suas medidas, aplicados os fatores corretivos, observada a tabela de valores de terreno, constantes no decreto de regulamentação do C.T.M.

Parágrafo Único - Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal do terreno, conforme regulamento.

Art. 10- Será arbitrado pelo executivo e atualizado antes do lançamento, o valor venal do imóvel, com base nas suas características e condições peculiares, levando-se em conta os equipamentos e melhorias decorrentes de obras públicas recebidos pela área em que se localizem, valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes, bem como os preços correntes no mercado.

Art.11 - Para cálculo do imposto, serão utilizadas as seguintes alíquotas:

- 0,4% tratando-se de terreno .
- 0,2%, tratando-se de prédio.
- Art. 12 Os imóveis não edificados e não murados terão seus tributos acrescidos através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

Seção IV

LANÇAMENTO

- Art.13- O lançamento do imposto será anual e feito pela autoridade administrativa à vista dos elementos constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal, quer declarados pelo contribuinte, quer a apurados pelo fisco.
- Art.14 Cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que continuo, será objeto de lançamento isolado, que levará em conta a sua situação a época da ocorrência do fato gerador e regerse-à pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- Art.15 Na hipótese de condomínio, o imposto poderá ser lançado em nome de um, de alguns ou de todos os co-proprietários.

Parágrafo Único - Em se tratando, porém de condominio cujas unidades, nos termos da lei civil constituem propriedades autônomas, o imposto será lançado em nome individual dos respectivos proprietários das unidades.

Art. 16 - O lançamento do imposto não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem

Seção V DO CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL

Art. 17 - A inscrição no Cadastro Imobiliário Fiscal será promovida pelo Contribuinte ou responsável na forma e nos prazos regulamentares, ainda quando seus titulares não estiverem sujeitos ao imposto.

Parágrafo Único - Nos termos do inciso VI do Art. 134 do Código Tributário Nacional, até o dia dez (10) de cada mês os serventuários da justiça enviarão ao Cadastro Imobiliário Fiscal, conforme modelos regulamentares, extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipoteca, arrendamento ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transcrições realizadas no mês anterior.

- Art.18 O imposto será pago de uma vez ou parceladamente, na forma e prazo definidos em regulamento.
- § 1º O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única até a data do vencimento, gozará de desconto, conforme regulamento.
- § 2º O pagamento das parcelas vencidas só poderão ser efetuados após o pagamento das parcelas vencidas.
- Art.19- Quando o adquirente de posse, domínio útil, ou propriedade de bem imóvel já lançado for pessoa imune ou isenta, vencerão antecipadamente as prestações vencidas relativas ao imposto parcelado, respondendo por elas o alienante, ressalvando o disposto no item V do Art. 20.

Seção VI ISENCÕES

Art. 20 - Fica isento do imposto o bem imóvel:

- pertencente a particular, quando a fração cedida gratuitamente para uso da União, dos Estados, do Distrito Federal, do Município ou de suas autarquias;
- pertencente a agremiação desportiva licenciada, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;
- III. pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras, com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativos;
- IV. pertencente a sociedade civil sem fins lucrativos e destinados ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas;
- V. declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao periodo de arrecadação do imposto em que ocorrera emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante.

CAPÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção | DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE E DA INCIDÊNCIA

- Art. 21º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios, tem como fator gerador a prestação de serviços constantes na lista do Art. 28, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.
- § 1º O Imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- § 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos as Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifas, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

- § 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada as serviço prestado.
- Art. 22° O imposto não incide sobre:
- I as explorações de serviços para o exterior do País;
- 11 a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedade e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentesdelegados;
- III o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo Único - Não se enquadram no disposto do inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

- Art. 23º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas no inciso I a XXII, quando o imposto será devido no local:
- I do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.
- II da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;
 - III da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;
 - IV da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa:
- V das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;
- VI da execução da varrição, coleta, remoção, incineração. Tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, nos casos dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa:
- VII da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;
- VIII da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;
- IX do controle e tratamento do efluente e de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;
- X da execução dos serviços de saneamento ambiental, purificação, tratamento, esgotamento sanitário e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;
 - XI do tratamento e purificação de água, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;
- XII do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.
- § 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido a faio gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subítem 20.01.

Art. 24º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade economica ou profissional, sendo temporária e irrelevantes para caracteriza-lo as denominações de sede, filial, agencia, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 25º Contribuinte é o prestador do serviço.

Art. 26º O Município mediante lei, poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere a multa e aos acréscimos legais.

§ 1º os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º Sem prejuizo do disposto no caput e no § 1º deste artigo, são responsáveis:

 I - O tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

 II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.

Art. 27º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

- § 1º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.
 - § 2º Não se incluem na base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza:
- 1 o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 das lista de serviços anexa a esta Lei:
 - II o valor de sub-empreitadas sujeitas ao imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- § 3º Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 4.22 e 4.23 da lista anexa, quando operados por cooperativas, deduzir-se-ão da base de cálculo os valores despendidos com terceiros pela prestação de serviços de hospitais, laboratórios, clínicas, medicamentos, odontólogos e demais profissionais de saúde.

Art. 28 - Sujeitam-se ao imposto os serviços de:

- 1 Serviços de informática e congêneres.
- 1.01 Análise e desenvolvimento de sistemas.
- 1.02 Programação.

- 1.03 Processamento de dados e congêneres.
- 1.04 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
- 1.05 Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
- 1.06 Assessoria e consultoria em informática.
- 1.07 Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
- 1.08 Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
- 2 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
- 2.01 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
- 3 Serviços prestados mediante locação, cessão de direlto de uso e congêneres.
- 3.01 Cessão de direito de uso de maroas e de sinais de propaganda.
- 3 02 Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras

esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.03 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovía, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.04 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 - Medicina e biomedicina.

4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros,

ambulatórios e congêneres.

4.04 - Instrumentação cirúrgica.

4.05 - Acupuntura.

4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 - Nutrição.

4.11 - Obstetricia.

4.12 - Odontologia.

4.13 - Ortóptica.

4.14 - Próteses sob encomenda.

4.15 - Psicanálise.

4.16 - Psicologia.

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 — Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 — Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Servicos de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 — Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento môvel e congêneres.

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congéneres.

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 — Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia, elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 - Demolição.

7.05 - Reparação, conservação e reforma de edificios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas,

parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

- 7.12 Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
- 7.13 Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

- 7.16 Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baias, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
- 7.17 Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
- 7.18 Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
- 7.19 Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento ∈ avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 - Servicos relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluido no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo,

passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 - Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crêdito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos

quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing),

de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

- 10.05 Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
 - 10.06 Agenciamento maritimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

 10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial....

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

- 11 Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
- 11.01 Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
- 11.02 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
- 11.03 Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

- 12.01 Espetáculos teatrais.
- 12.02 Exibições cinematográficas.
- 12.03 Espetáculos circenses.
- 12.04 Programas de auditório.
- 12.05 Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
- 12.06 Boates, taxi-dancing e congêneres.
- 12.07 Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
- 12.08 Feiras, exposições, congressos e congêneres.
- 12.09 Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
- 12.10 Corridas e competições de animais.
- 12.11 Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
- 12.12 Execução de música.
- 12.13 Produção, mediante ou sem encomenda prêvia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows,

ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

- 12.14 Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
- 12.15 Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
- 12.16 Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
- 12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
- 13 Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
- 13.01 –Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
- 13.02 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
- 13.03 Reprografia, microfilmagem e digitalização.
- 13.04 Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.
- 14 Serviços relativos a bens de terceiros.
- 14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.02 Assistência técnica.
- 14.03 Recondicionamento de motores (exceto pecas e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.
- 14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
- 14.06 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 14.07 Colocação de molduras e congêneres.
- 14.08 Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
- 14.09 Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
- 14.10 Tinturaria e lavanderia.
- 14.11 Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
- 14.12 Funilaria e lanternagem.
- 14.13 Carpintaria e serralheria.
- 15 Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
- 15.01 Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
- 15.02 Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
- 15.03 Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
- 15.04 Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
- 15.05 Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e

demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados

ao arrendamento mercantil (leasing).

- 15.10 Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.
- 15.11 Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 — Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior, emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de

crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

- 15.15 Compensação de cheques e títulos quaisquer, serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
- 15.16 Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
- 15.17 Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
- 15.18 Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Servicos de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

- 17.01 Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
- 17.02 Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audivel, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.
- 17.03 Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

- 17.05 Fornecimento de m\u00e3o-de-obra, mesmo em car\u00e3ter tempor\u00e1rio, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou tempor\u00e1rios, contratados pelo prestador de servi\u00f3o.
- 17.06 Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – Franquia (franchising).

- 17.08 Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
- 17.09 Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
- 17.10 Organização de festas e recepções, bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
- 17.11 Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

- 17.12 Leilão e congêneres.
- 17.13 Advocacia
- 17.14 Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica
- 17.15 Auditoria.
- 17.16 Análise de Organização e Métodos.
- 17.17 Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
- 17.18 Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
- 17.19 Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
- 17.20 Estatística.
- 17.21 Cobrança em geral.
- 17.22 Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).
- 17.23 Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
- 18 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
- 18.01 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
- 19 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
- 19.01 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
- 20 Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.
- 20.01 Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.
- 20.02 Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logistica e congêneres.
- 20.03 Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
- 21 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
- 21.01 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
- 22 Serviços de exploração de rodovia.
- 22.01 Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
- 23 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
- 23.01 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
- 24 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
- 24.01 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
- 25 Serviços funerários.
- 25.01 Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos, desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
- 25.02 Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
- 25.03 Planos ou convênio funerários.
- 25.04 Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
- 26 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.
- 26.01 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas, **courrier** e congêneres.
- 27 Serviços de assistência social.
- 27.01 Serviços de assistência social.

- 28 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
- 28.01 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
- 29 Serviços de biblioteconomia.
- 29.01 Serviços de biblioteconomia.
- 30 Serviços de biologia, biotecnologia e química.
- 30.01 Serviços de biologia, biotecnologia e química.
- 31 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
- 31.01 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
- 32 Serviços de desenhos técnicos.
- 32.01 Serviços de desenhos técnicos.
- 33 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
- 33.01 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
- 34 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
- 34.01 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
- 35 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
- 35.01 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
- 36 Serviços de meteorologia.
- 36.01 Serviços de meteorología.
- 37 Serviços de artistas, atletas, modelos e maneguins.
- 37.01 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
- 38 Serviços de museologia.
- 38.01 Serviços de museología.
- 39 Serviços de ourivesaria e lapidação.
- 39.01 Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
- 40 Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
- 40.01 Obras de arte sob encomenda.

Parágrafo Único - Ficam também sujeitos ao imposto os serviços não expressos na lista mas que, por sua natureza e características, assemelham-se a qualquer um dos que compõe cada item, e desde que não constituam hipótese de incidência de tributo estadual ou federal.

Seção II

SUJEITO PASSIVO

- Art. 29 Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.
- Art. 30 Será responsável pela retenção e recolhimento do imposto todo aquele que, mesmo incluido nos regimes de imunidade ou isenção, se utilizar serviços de terceiros, quando:
 - o prestador do serviço, sendo empresa, não tenha fornecido nota fiscal ou outro documento permitido, contendo no mínimo, seu endereço e número de inscrição no cadastro de atividades econômicas;
 - o serviço for prestado em caráter pessoal e o prestador, profissional autônomo ou sociedade de profissionais, não apresentar comprovante de inscrição no cadastro de atividades econômicas;
 - o prestador do serviço alegar e não comprovar imunidade ou isenção.

Parágrafo Único - O responsável pela retenção dará ao prestador do serviço o respectivo comprovante de pagamento do imposto.

- Art. 31 A retenção na fonte será regulamentada por decreto do Executivo.
- Art. 32 Para os efeitos deste imposto considera-se:
 - empresa toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade econômica de prestação de serviço;
 - profissional autônomo toda e qualquer pessoa física portadora de um diploma de nivel médio ou superior, que possuam uma profissão definida, dela fazendo a razão de seu sustento;

sociedade de profissionais - sociedade civil de trabalho profissional, de caráter especializado, organizada para a prestação de qualquer dos serviços relacionados nos itens 2.01, 4.01, 4.06, 4.12, 4.16, 7.01, 17.14, 20, 33, 33.01 da lista do art. 28, que tenha contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe;

trabalhador avulso - aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sob dependência hierárquica mas sem vinculação

empregaticia;

trabalho pessoal - aquele, material ou intelectual, executado pelo próprio prestador, pessoa física; não o desqualifica nem descaracteriza a contratação de empregados para execução de atividades acessórias ou auxiliares não componentes da essência do serviço;

estabelecimento prestador - local onde sejam planejados, organizados, contratados, administrados, fiscalizados ou executados os serviços, total ou parcialmente, de modo permanente ou temporário, sendo irrelevante para sua caracterização a denominação de sede, filial, agência, sucursal, escritório, loja, oficina, matriz ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Seção III

BASE DE CALCULO E ALÍQUOTA

Art. 33 - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, sobre o qual se aplicará a correspondente aliquota, ressalvadas as seguintes hipóteses:

Quando o serviço for prestado em caráter pessoal, a alíquota incidirá sobre a Unidade

Fiscal do Município vigente a época.

- Quando os serviços a que se referem os itens 2.01, 4.01, 4.06, 4.12, 4.16, 7.01, 17.14, 20, 33, 33.01 da lista forem prestados por sociedades profissionais, estas ficarão sujeitas ao imposto mediante a aplicação da alíquota sobre a Unidade Fiscal do Município vigente a época, por profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal.
- § 1º Os serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, enquadráveis em mais de um dos itens da lista por serem várias as atividades, serão tributados pela atividade gravada com a alíquota mais elevada.
- § 2º As empresas prestadoras de mais de um tipo de serviços enquadráveis na lista, ficarão sujeitas ao imposto apurado através da aplicação de cada uma das alíquotas sobre a receita correspondente a atividade tributável.
- § 3º Não sendo possível ao fisco estabelecer a receita específica de cada uma das atividades de que trata o parágrafo anterior por falta de clareza na sua escrituração, será aplicada a maior alíquota dentro as cabíveis, sobre o total da receita auferida.
- Art. 34 Preço dos serviços, para os fins deste impostos e a receita bruta a ele correspondente, incluido ai os valores acrescidos, os encargos de qualquer natureza, os ônus relativos a concessão de crédito ainda que cobrados em separados, na hipótese de prestação de serviços a crédito, o total das subempreitadas de serviços não tributados, fretes, despesas, tributos e outros.
- § 1º Não se incluem no preço do serviço os valores relativos a descontos ou abatimentos não sujeitos a condição, deste que prévia e expressamente contratados.
- § 2º A apuração do preço será efetuada com base nos elementos em poder do sujeito passivo.
- Art. 35 Proceder-se-á ao arbitramento para a apuração do preço sempre que:
 - o contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não encontrarem com sua escrituração atualizada;
 - o contribuinte, depois de intimado, deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória

ocorrer fraude, sonegação ou omissão de dados julgados indispensáveis ao lançamento ou se o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro Fiscal;

sejam omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;

o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado.

Art.36 - Nas hipóteses do artigo anterior, o arbitramento será procedido por comissão municipal designada especialmente para cada caso pelo titular da Fazenda Municipal, levando-se em conta, entre outros, os seguintes elementos:

recolhimentos feitos em periodos idênticos pelos contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes.

os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;

as condições próprias do contribuinte bem como os elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, tais como:

valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;

a folha de salários pagos, honorários de diretores retirados de sócios ou gerentes;

aluguel do imóvel e das máquinas equipamentos utilizados, ou quando próprios, o valor do mesmo:

despesas com fornecimentos de água, luz, força, telefones e demais encargos obrigatórios do contribuinte.

Art. 37 - As alíquotas do imposto são as fixadas na tabela do Anexo I deste código.

Seção IV

LANÇAMENTO

Art. 38 - O imposto será lançado:

uma única vez, no exercício a que corresponde o tributo, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou pelas sociedades de profissionais;

mensalmente, mediante lançamento por homologação, em relação ao serviço efetivamente prestado no período, quando o prestador for empresa.

Art.39- Durante o prazo de cinco anos de que a Fazenda Pública dispõe para constituir o crédito tributário, o lançamento poderá ser revisto, devendo o contribuinte manter a disposição do fisco os livros e documentos de exibição obrigatória.

Art.40- A autoridade administrativa poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do imposto por estimativa:

quando se tratar de atividade exercida em caráter temporário;

quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais;

quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuinte cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividade aconselhar, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico;

quando o contribuinte reinteradamente violar o disposto na legislação tributária, aplicadas, no caso, as penalidades cabíveis.

Art.41- O valor do imposto lançado por estimativa levará em consideração:

o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

17

- o preço corrente dos serviços;
- o local onde se estabelece o contribuinte;

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA
qualquer tempo a Administração poderá rever os valores estimados, respectos quando se verificar que a estimativa inicial fei inserven

- Art. 42 A qualquer tempo a Administração poderá rever os valores estimados, reajustando as parcelas vencidas do imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta ou que o volume ou modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.
- Art. 43 Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade administrativa, ficar dispensado do uso de livros fiscais e da emissão de documentos.
- Art. 44 O regime de estimativa será suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quando e qualquer categoria, de estabelecimento, grupos ou setores de atividades, desde que não mais prevaleçam as condições que originam o enquadramento.
- Art. 45 Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação do ato normativo, apresentar reclamação contra o valor estimado.
- Art. 46 O lançamento do imposto n\u00e3o implica em reconhecimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condi\u00f3\u00f3es do local, instala\u00f3\u00f3es, equipamentos ou obras.

Seção V

DA INSCRIÇÃO

- Art. 47 Todas as pessoas físicas ou jurídicas com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitualmente, qualquer das atividades relacionadas no artigo 28, ficam obrigadas a inscrição e atualização dos respectivos dados, no cadastro de contribuintes do imposto sobre serviços.
- § 1º A inscrição no cadastro a que se refere este artigo será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma e nos prazos estipulados no regulamento, ainda quando seu titular seja imune ou isento do imposto.
- § 2º O contribuinte e obrigado a comunicar a cessação da atividade a repartição fiscal competente, no prazo e na forma do regulamento.

Seção VI

DA ESCRITA FISCAL

Art. 48 - Os contribuintes do imposto sobre os serviços sujeitos ao regime de lançamento por homologação, ficam obrigados a:

manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda quando não tributáveis;

emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pela legislação, por ocasião da prestação dos serviços.

- § 1º O regulamento definirá os modelos de livros, notas fiscais e documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte e mantidos em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta deste, em seu domicílio.
- § 2º Nenhum livro de escrita fiscal poderá ser utilizado sem prévia autenticação pela repartição competente.
- § 3º Os livros e documentos de exibição obrigatória a fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicilio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos no regulamento.
- § 4º O regulamento disporá sobre a adoção de documentação simplificada, no caso de contribuinte de rudimentar organização.
- § 5º O Poder Executivo poderá autorizar a Administração a dotar, complementarmente ou em substituição, quando forem insatisfatórios os elementos da documentação regular, instrumentos e documentos especiais que possibilitem a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

Seção VII

ARRECADAÇÃO

- Art. 49 O imposto será pago na forma e prazo regulamentares.
- § 1º Tratando-se de lançamento de oficio previsto no inciso I do Art. 38, o prazo para pagamento é o indicado na notificação.
- § 2º O imposto correspondente a serviço prestado na forma do Item II do Art. 38 , independentemente do pagamento do preço a ser efetuado a vista ou em prestação, será recolhido ate o dia 10 do mês subsequente a sua efetivação mediante o preenchimento de guias especiais, por iniciativa do próprio contribuinte.
- Art. 50 No recolhimento do imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:
 - serão estimado o valor dos serviços tributáveis e do imposto total a recolher no exercício ou no período, e parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestações mensais, se de valor superior a 10 (dez) Unidades Fiscais do Município vigente;
 - findo o exercício ou o período da estimativa ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados os preços dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada ou tendo direito a restituição do imposto pago a mais;
 - as diferenças verificadas entre o montante do imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido serão recolhidas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, ou restituídas ou compensadas no mesmo prazo, contado da data do requerimento do contribuinte.
- Art. 51 Sempre que o volume da modalidade dos serviços o aconselhe e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributárias a Administração poderá, a requerimento do interessado, sem prejuízo para o Município, autorizar a adoção de regime especial para pagamento do imposto.

Seção VIII

ISENÇÃO

Art. 52 - respeitadas as isenções concedidas pela Constituição Federal são também isentos do imposto os serviços:

prestados por engraxates ambulantes e lavadeiras;

prestados por associações culturais;

de diversões pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar.

CAPÍTULO III

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

Seção I

DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

- Art. 53 Fica instituído o imposto sobre a transmissão de bens imóveis, mediante ato oneroso "inter vivos", que tem como fato gerador.
 - A transmissão, a qualquer título, da propriedade o do domicilio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil;
 - A transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantias:
 - A cessão de direitos relativos as transmissões referidas nos incisos anteriores.

Art. 54 - A incidência do imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;

dação em pagamento:

permuta;

arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;

incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica ressalvados os casos previstos nos incisos III e IV do artigo 55;

transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos assessores;

tornas ou reposições que ocorram:

- a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiros receber, dos imóveis situados no município, quotaparte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;
- b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel quando for recebida por qualquer condômino quota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal.

mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais a compra e venda;

instituição financeira;

enfiteuse e subenfiteuse;

rendas expressamente constituídas sobre imóvel;

concessão real de uso;

cessão de direito de usufruto:

cessão de direitos ao uso usucapião;

cessão de direitos do arrematante ou adjudicante depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;

cessão física quando houver pagamento de indenização;

cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

qualquer ato judicial ou extrajudicial "intervivos" não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior.

§ 1º - Será devido outro imposto:

quando o vendedor exercer o direito de prelação; no pacto de melhor comprador;

na retrocessão:

na retrovenda.

§ 2º - Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza:

- a permuta de bens imóveis por outros quaisquer bens situados fora do território do Município;
- a transação em que seja conhecido direito que implique transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos.

Seção II

DAS IMUNIDADES E DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 55 - O imposto não incide sobre a transmissão de bens e imóveis ou direitos a eles relativos quando:

o adquirente for a União, os Estados, o Distrito Federal os Municípios e respectivas autarquias e Fundações;

- o adquirente for partido político, templo de qualquer culto, instituição de educação e assistência social, para atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;
- efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em relação de capital;
- decorrente de fusão, incorporação ou extinção de pessoa jurídica.
- § 1º O disposto nos incisos III e IV deste Artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- § 2º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior quando mais de 50% (cinqüenta por cento) da receita operacional de pessoa jurídica adquirente nos 2 (dois) anos seguintes a aquisição decorres de vendas, administração ou cessão de direitos a aquisição de imóveis.
- § 3º Verificada a preponderância a que se refere os parágrafos anteriores tornar-se-á devido o imposto nos termos da Lei vigente a data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre eles.
- § 4º As instituições de educação e assistência social deverão observar ainda os seguintes requisitos:
 - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado;
 - aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
 - manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar perfeita exatidão.

 Seção III

DAS ISENÇÕES

Art. 56 - São isentos do imposto:

- a extinção de usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da nuapropriedade;
- a transmissão de bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento;
- a transmissão em que o alienante seja o Poder Público;
- a indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a lei civil;
- a transmissão de gleba rural de área não excedente a 25 (vinte e cinco) hectares, que se destine ao cultivo pelo proprietário e sua familia, não possuindo este outro imóvel Município;
- a transmissão decorrente de investidura:
- a transmissão decorrente de execução de planos de habitação para população de baixa renda, patrocinado ou executado por órgãos públicos ou seus agentes;
- a transmissão cujo valor seja inferior a 1 (uma) Unidade de Referencia Municipal.
- as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Seção IV

DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

- Art. 57 O imposto é devido pelo adquirente ou concessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo.
- Art. 58 Nas transmissões que se efetuarem sem o pagamento do imposto devido, ficam solidariamente responsáveis, por esse pagamento, o transmitente e o cedente conforme o caso.

À

Seção V

DA BASE DE CALCULO

- Art. 59 A base de cálculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel ou ao direito transmitido, periodicamente atualizado pelo Município, se este for maior.
- § 1º Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.
- § 2º Nas tornas ou reposições a base de cálculo será a fração ideal.
- § 3º Na instituição de fideicomisso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou o valor venal do bem imóvel, se maior.
- § 4º Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a base de cálculo será o valor do negócio ou o valor venal dobem imóvel, se maior.
- § 5º Na concessão real de uso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou o valor venal do bem imóvel, se maior.
- § 6º No caso de cessão de direitos de usufruto, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou o valor venal do bem imóvel, se maior.
- § 7º No caso de acessão física, a base de cálculo será o valor da indenização ou o valor venal da fração ou acréscimo transmitido, se maior.
- § 8º Quando a fixação do valor venal do bem imóvel ou direito transmitido tiver por base o valor da terranua estabelecido pelo órgão federal competente, poderá o município atualiza-lo monetariamente.
- § 9º A impugnação do valor fixado como base de cálculo do imposto será endereçada a repartição municipal que efetuar o cálculo, acompanhada do laudo técnico de avaliação do imóvel ou direito transmitido.

Secão VI

DAS ALÍQUOTAS

Art. 60 - O imposto será calculado aplicando-se sobre o valor estabelecido como base de cálculo das seguintes aliquotas.

transmissões compreendidas no sistema financeiro da habitação, em relação a parcela financiada - 0,5% (meio por cento); demais transmissões - 2% (dois por cento).

Seção VII DO PAGAMENTO

- Art. 61 O imposto será pago até a data do fato translativo, exceto nos seguintes casos:
 - na transferência de imóvel a pessoa jurídica ou desta para seus sócios ou acionistas ou respectivos sucessores, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da assembléia ou da escritura em que tiverem lugar aqueles atos;
 - na arrematação ou na adjudicação em praça ou leilão, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido assinado o ato ou deferida a adjudicação, ainda que exista recurso pendente;
 - na acessão física, até a data do pagamento da indenização;
 - nas tornas ou reposições e nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias contados da data de sentença que reconhecer o direito, ainda que exista recurso pendente.

- Art. 62 Nas promessas ou compromissos de compra e venda e facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do imóvel.
- § 1º Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, toar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo de valor, verificado no momento da escritura definitiva.
- § 2º Verificada a redução do valor, não se restituirá a diferença do imposto correspondente.
- Art. 63 Não se restituirá o imposto pago:

quando houver subsequente cessão da promessa ou compromisso, ou quando qualquer das partes exercer o direito de arrependimento, não sendo, em consequência, lavrada a escritura; aquele que venha a perder o imóvel em virtude de pacto de retrovenda.

Art. 64 - O imposto uma vez pago, só será restituido nos casos de:

anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva; nulidade de ato jurídico;

rescisão de contrato e desfaziamento da arrematação com fundamento no Art. 1136 do Código Civil.

Art. 65 - A guia para pagamento do imposto será emitida pelo órgão municipal competente, conforme dispuser regulamento.

Seção VIII DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

- Art. 66 O sujeito passivo é obrigado a apresentar na repartição competente da Prefeitura os documentos e informações necessárias ao lançamento do imposto, conforme estabelecido em regulamento.
- Art. 67 Os tabeliães e escrivães não poderão lavrar instrumentos escrituras ou termos judiciais sem que o imposto devido tenha sido pago.
- Art. 68 Os tabeliães e escrivães transcreverão a guia do imposto nos instrumentos, escrituras ou termos judiciais que lavrarem.
- Art. 69 Todos aqueles que adquirirem bens ou direitos cuja transmissão, constitua ou possa constituir fato gerador do imposto, são obrigados a apresentar seu título a repartição fiscalizadora do tributo, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data em que for lavrado o contrato, carta de adjudicação ou de arrematação, ou qualquer outro título representativo da transferência do bem ou direito.

Seção IX

DAS PENALIDADES

- Art. 70- O adquirente do imóvel ou direito que não apresentar o seu título a repartição fiscalizadora, no prazo legal, fica sujeita a multa de 50% (cinqüenta por cento) sobre o valor do imposto.
- Art. 71 O não pagamento do imposto nos prazos fixados nesta lei, sujeita o infrator a multa correspondente a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido.
- Parágrafo Único Igual penalidade será aplicada aos serventuários que descomprimem o previsto no Art.
- Art. 72- A omissão ou a inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte a multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto sonegado.

Parágrafo Único - Igual multa será aplicada a qualquer pessoa que intervenha no negocio juridico ou declaração e seja conveniente ou auxiliar na inexatidão ou omissão praticada.

Titulo II

DAS TAXAS

CAPITULO I

DA TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Seção I

DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 73 - As taxas de serviços públicos tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos municipais prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição, relativos a:

coleta de lixo; limpeza pública; conservação de vias e logradouros públicos;

- Art. 74 A taxa de coleta de lixo abrange as atividades de coleta de lixo domiciliar de estabelecimentos, residenciais, industriais, comerciais ou de prestação de serviços.
- Art. 75 Não estão contidas nos serviços de coleta de lixo as remoções de resíduos e detritos industriais, galhos de árvores, retiradas de entulhos de lixo realizadas em horário especiais por solicitação do interessado.
- Art. 76 A taxa de limpeza pública é devido em função dos serviços de varrição, lavagem e irrigação, limpeza e desobstrução de bueiros, bocas de lobo, galerias de águas pluviais e corregos, capinação e desinfeção de locais insalubres realizados em vias e logradouros públicos.
- Art. 77 A taxa de conservação de vias e logradouros públicos é devida em razão da prestação de serviços de conservação de ruas, praças, jardins, leitos não pavimentados e vias e logradouros públicos em geral, situados na zona urbana, que visam manter ou melhorar as condições de utilização desses locais, quais sejam:

rasparem do leito carroçável, com uso de ferramentas ou máquinas; conservação e reparação do calcamento;

recondicionamento do meio-fio;

melhoramento ou manutenção de "mata-burros", acostamentos, sinalização e similares; desobstrução, aterros de reparação e serviços correlatos;

a) sustentação e fixação de encostas laterais, remoção de barreiras;

- b) fixação, poda e tratamento de árvores e plantas ornamentais e serviços correlatos;
- c) manutenção de lagos e fontes.

Seção II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 78 - Contribuinte da Taxa de serviços públicos, e o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel situado em local onde o Município mantenha os serviços referidos.

Seção III

BASE DE CALCULO E ALÍQUOTA

Art. 79 - A base de cálculo da Taxa é o custo dos serviços utilizados pelo contribuinte ou colocados a sua disposição e dimensionados, para cada caso, da seguinte forma:

 em relação ao serviço de coleta de lixo, por m2 de área edificada e por tipo de utilização do imóvel, com aplicação das seguintes alíquotas sobre Unidade Fiscal do Município:

Residência - 0,1 % Comércio - 0,15 % Serviço - 0,2% Indústria - 0,25 %

II. em relação aos serviços de limpeza pública, conservação de vias e logradouros públicos, por metro linear de testada e por serviços prestados, aplicando-se alíquota de 0,4 % sobre a Unidade Fiscal do Município.

Seção IV

LANÇAMENTO

Art. 80 - A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo os prazos e formas assinaladas para pagamento, coincidirem, a critério da Administração, com os do imposto predial e territorial urbano.

Seção V

ARRECADAÇÃO

Art. 81 - A taxa será paga de uma vez ou parceladamente, na forma e prazo regulamentares.

Art. 82 – O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única terá desconto conforme regulamento.

CAPÍTULO II

DA TAXA DE LICENÇA

Seção I

HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 83 - A taxa de licença é devida em decorrência da atividade da Administração pública que, no exercício regular do poder de polícia do Município, regula a prática do ato ou abstenção do fato em razão do interesse público concernente a segurança, a higiene, a saúde, a ordem, aos costumes, a localização de estabelecimentos comerciais, industriais, e prestadores de serviços, a tranquilidade pública, a propriedade, aos direitos individuais e coletivos e a legislação urbanística a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica.

Parágrafo único - Estão sujeitos a prévia licença:

- a) para localização e/ou funcionamento de estabelecimento e renovação de funcionamento em horário normal ou especial;
- b) para execução de obras, arruamentos e loteamentos;
- c) a veiculação de publicidade em geral;
- d) a ocupação de área em terrenos ou vias e logradouros públicos;
- e) o abate de animais.
- Art. 84 Nenhuma pessoa física ou jurídica que opere o ramo de produção, industrialização, comercialização ou prestação de serviços, poderá, sem prévia licença da Prefeitura, iniciar suas atividades no Município, sejam elas permanentes, intermitentes ou por período determinado.
- § 1º A obrigatoriedade da prévia licença para localização independe da existência de estabelecimento fixo e exigido, ainda quando a atividade for prestada em recinto ocupado por outro estabelecimento, ou no interior de residência.
- § 2º Haverá incidência da taxa, independentemente de ser ou não concedida à licença, caso esteja ocorrendo funcionamento irregular.

Art. 85 - A taxa de localização será devida e emitida o respectivo Alvará de licença, por ocasião do licenciamento inicial, da renovação anual do funcionamento, e toda vez que se verificar mudança no ramo de atividade do contribuinte, transferência de local ou quaisquer outras alterações, mesmo quando ocorrerem dentro de um mesmo exercício.

Parágrafo Único - O Alvará de Licença conterá os seguintes elementos característicos:

- nome da pessoa física ou jurídica a quem for concedido; local do estabelecimento ou do funcionamento da atividade; ramo do negócio ou da atividade; restrição:
- número de inscrição no órgão fiscal competente;
- III. horário de funcionamento:
- IV. tipo de licença concedida.
- Art. 86 A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento, do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir com as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.
- Art. 87 As atividades múltiplas exercidas no mesmo estabelecimento sem delimitação de espaço, por mais de um contribuinte, são sujeitas ao licenciamento e a taxa, isoladamente, nos termos do § 1º do art. 84.
- Art. 88 São sujeitas a prévia licença da Prefeitura e ao pagamento da taxa de licença para execução de obras, a construção, reconstrução, reforma, reparo, acréscimo ou demolição de edificios, casas, ediculas ou muros, assim como o arruamento ou o loteamento de terrenos e quaisquer outras obras em imóveis, ressalvados os casos do art. 98 desta lei.
- § 1º A licença só será concedida mediante prévio exame de aprovação das plantas ou projeto das obras, nas formas da legislação urbanística aplicável.
- § 2º A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra, e será cancelada se a execução não for iniciada dentro do prazo estabelecido no alvará.
- § 3º Se insuficiente para a execução do projeto o prazo concedido no alvará, a licença poderá ser prorrogada, a requerimento do contribuinte.
- Art. 89 A taxa de licença para a publicidade será devida pela atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda utilizar ou explorar, por qualquer meio, publicidade em geral, seja em vias e logradouros públicos, ou em locais visíveis ou de acesso ao público, nos termos do regulamento.
- § 1º A licença para publicidade será valida pelo periodo constante no Alvará.
- § 2º Não se considera publicidade, expressões de indicação, tais como: tabuletas indicativas de sitios, granjas, fazendas, hospitais, ambulatórios, pronto-socorro; nos locais de construção, as placas indicativas dos nomes dos engenheiros, firmas e arquitetos responsáveis pelo projeto ou pela execução de obra pública ou particular.
- Art. 90 A taxa de licença para ocupação de área em terrenos, vias e em logradouros públicos, fundada no poder de policia do Município, concernente ao ordenamento da utilização dos bens públicos de uso comum, tem como fato gerador à fiscalização por ele exercida sobre a localização, a ocupação e a permanência de móveis, equipamentos, veículos, utensílios e quaisquer outros objetos, em observância às normas municipais de posturas relativas à estética urbana, aos costumes, à ordem, a tranquilidade, à higiene, ao transito e a segurança pública.
- § 1º O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica, proprietária ou titular do domínio útil, do uso ou do usufruto ou possuidora, a qualquer título, de móvel, equipamento, utensílio e quaisquer outros objetos em áreas, em vias ou em logradouros públicos.

- § 2º São solidariamente responsáveis pelo pagamento da taxa, as pessoas fisicas ou jurídicas que direta ou indiretamente estiverem envolvidas na localização ou na ocupação ou na permanência de móvel, equipamento, utensilio, veículo e ou quaisquer outro objeto em áreas em terrenos, vias, e logradouros públicos.
- Art. 91 O abate de animais destinados ao consumo público quando não for feito em Matadouro Municipal, só será permitido mediante licença da Prefeitura, precedida de inspeção sanitária.
- Parágrafo Único A arrecadação da taxa que trata este artigo, será feita no ato da concessão da respectiva licença, ou relativamente a animais cujo o abate ocorrido em outro município, no ato da reinspeção sanitária para distribuição local.
- Art. 92 Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício de atividade ou na prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Municípios, os termos do Art. 100 desta lei.

Seção II

BASE DE CALCULO E ALÍQUOTA

- Art. 93 A base de calculo da taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia, para cada licença requerida a aplicação da aliquota constante da tabela anexa a esta lei, sobre a Unidade Fiscal do Município vigente na época da concessão da licença.
- Art. 94 O estabelecimento que mantenha atividade diversas no mesmo local sem delimitação física de espaço sendo propriedade do mesmo contribuinte, será direito ao pagamento da taxa de maior aliquota acrescida de 3% (três por cento) desse valor para cada uma das demais atividades.
- Art. 95 A taxa de publicidade incidente sobre o anuncio de bebidas alcoólicas e cigarros, bem como os regidos em língua estrangeira, será cobrado com uma alíquota de 30%(trinta por cento) sobre o do valor da respectiva tabela.

Seção III

LANÇAMENTO

Art. 96 - A taxa de licença será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte existente no Cadastro, complementados, se necessário, por outros constatados no local.

Parágrafo Único - O sujeito passivo e obrigado a comunicar a repartição própria do município, dentro de 20 (vinte) dias, para fins de atualização cadastral, quaisquer ocorrências relativas ao ramo de atividade, ou alterações fiscais do estabelecimento.

Seção IV

ARRECADAÇÃO

- Art. 97 A taxa de licença, em todas as modalidades do Artigo 83, será arrecadada antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativo do Município, mediante guia oficial preenchida pelo contribuinte, observando-se os prazos estabelecidos neste Código.
- § 1º Quando a prorrogação da licença para a execução de obras, a taxa será devida em 50% (cinquenta por cento) do valor da tabela.
- § 2º As tabelas para cobrança das taxas de que trata o presente Capítulo, encontra-se nos anexos II, III, IV, V e VI da presente Lei.

Seção V

ISENÇÕES

Art. 98 - São isentos do pagamento de taxas de licença:

- !. os vendedores ambulantes de jornais e revistas,
- II. os engraxates ambulantes;
- os vendedores de artigos de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregado;
- IV. a construção de muros de arrimos ou de muralhas de sustentação, quando no alinhamento da via pública, assim como de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura;
- V. as construções provisórias destinadas a guarda de material, quando no local de obras já licenciadas;
- VI. a limpeza ou pintura, externa ou interna, de edificios, casas, muros ou grades;
- VII.as associações de classe, associações religiosas, clubes esportivos, escolas primárias sem fins lucrativos, orfanatos e asilos;
- VIII.os dizeres relativos a propaganda eleitoral, política, atividade sindical, culto religioso e atividade da administração pública;
- IX. os cegos, os mutilados e os incapazes permanentes, que exerçam o comércio eventual e ambulante em terrenos, vias e logradouros públicos.

Título III

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO ÚNICO

Seção I

HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 99 - A hipótese de incidência da Contribuição de Melhoria é o benefício recebido por imóvel em razão de obra pública.

Secão II

SUJEITO PASSIVO

Art. 100 - Contribuinte e o proprietário, o titular do domínio útil, ou possuidor a qualquer título, do imóvel beneficiado.

Seção III

BASE DE CALCULO

Art. 101 - A Contribuição de Melhoria terá como total a despesa realizada.

Parágrafo Único- Para efeito de determinação do limite total serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos, cujo valor será utilizado a época de lançamento se for o caso.

Seção IV

DO LANÇAMENTO

Art. 102 - Concluida a obra ou etapa e ouvida previamente comissão são municipal para tal fim nomeada, o Executivo publicará relatório contendo:

- a) relação dos imóveis beneficiados pela obra;
- b) parcela da despesa total a ser custeada pelo tributo, levando-se em conta os imóveis do Município e suas autarquias;
- c) forma e prazo de pagamento...

Art. 103 - O lançamento será efetuado após a conclusão da obra ou etapa.

- § 1º- A parcela da despesa total da obra a ser custeada pelo tributo, será rateada entre os imóveis beneficiados, na proporção de suas áreas.
- § 2º Quando se tratar de obras realizadas por etapas, o tributo poderá ser lançado em relação aos imóveis efetivamente beneficiados em cada etapa.
- Art. 104 O montante anual da Contribuição de Melhoria, atualizado a época do pagamento, ficará limitado a 20% do valor venal do imóvel, apurado administrativamente.
- Art. 105 O lançamento será procedido em nome do contribuinte.

Parágrafo Único - No caso de condomínio:

- a) quando pro-indiviso, em nome de qualquer um dos corproprietários, titulares do domínio útil ou possuidores;
- b) quando pro-diviso, em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou possuidor da unidade autônoma.
- Art. 106 O tributo será pago de uma vez ou parceladamente, a critério do Executivo.

Livro Segundo

PARTE GERAL

Titulo I

DAS NORMAS GERAIS

CAPÍTULOI

LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

- Art. 107 A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em partes, sobre tributos e as relações jurídicas a eles pertinentes.
- Art. 108 São normas complementares das leis e dos decretos:
 - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
 - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativas do Município;
 - III. as praticas reinteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
 - IV. convênios celebrados pelos Municípios com órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal.

Paragrafo Único - A observância das normas referidas neste artigo excluí a posição de penalidades a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

Art. 109 - Salvo disposição em contrário, entram em vigor:

- os atos administrativos a que se refere o inciso I do artigo anterior, na data da sua publicação;
- as decisões a que se refere o inciso II do artigo anterior, quando a seus efeitos normativos, 30(trinta) dias após a data da publicação;
- III. os convênios a que se refere o inciso IV do artigo anterior, na data neles prevista.
- Art. 110 Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária a utilizar a sucessivamente, na ordem indicada:
 - a analogia;

- II. os princípios gerais de direito tributário;
- III. os princípios gerais de direito público;
- IV. a equidade.
- § 1º O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- § 2º O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do tributo devido.
- Art. 111 Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:
 - suspensão ou execução do sistema tributário;
 - outorga da isenção;
 - III. dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Titulo II

CAPÍTULO I

OBRIGAÇÃO TRIBUTARIA

- Art. 112 A obrigação tributária é principal ou acessória.
- § 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com crédito dela decorrente.
- § 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária, tem por objetivo as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- § 3º A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

CAPÍTULO II Seção I

SUJEITO PASSIVO

Art. 113 - Sujeito passivo da obrigação e a pessoa obrigada ao pagamento do tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo Único - O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

- contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
- responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa da lei.
- Art. 114 Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituem o seu objeto.

Seção II

SOLIDARIEDADE

Art. 115 - São solidariamente obrigados:

- as pessoas físicas ou jurídicas, que tenham interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação tributária principal;
 - II. a pessoa jurídica- de direito privado resultante de fusão, transformação ou incorporação, pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas;
 - III. a pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer titulo, fundo de comercio estabelecimento comercial, industrial ou profissional e

continua a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual, pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos ate a data do ato:

- a) integralmente, se o alienante cessar a exploração do comercio, industria ou atividade;
- b) subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses, a contar da data de alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comercio, industria ou profissão.
- IV. todos aqueles que, mediante conluio, colaborarem para a sonegação de tributos devidos ao Município.

Parágrafo Único - O disposto no inciso II aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direitos privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou sem espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Seção III

CAPACIDADE TRIBUTARIA

Art. 116 - A capacidade tributária passiva independe:

- da capacidade civil das pessoas naturais:
- de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais e profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
- de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Secão IV

DOMICILIO TRIBUTÁRIO

Art. 117 - Na falta de eleição pelo contribuinte ou responsável, de domicilio tributário, considera-se como tal:

- tratando-se de pessoa física, a sua residência ou sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;
- tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o lugar da sede, ou em relação aos atos ou fatos que derem origem a obrigação, o de cada estabelecimento;
- tratando-se de pessoa jurídica de direito público, qualquer de suas repartições no Município.
- Art. 118 Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável, o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem a obrigação.
- Art. 119 A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do artigo anterior.
- Art. 120 O domicilio fiscal será sempre consignado nos documentos e papeis dirigidas as repartições fiscais.
- Art. 121 Os contribuintes comunicarão a repartição competente a mudança de domicílio, no prazo do Regulamento.

CAPÍTULO III

Seção I

RESPONSABILIDADE TRIBUTARIA

Art. 122 - Os créditos tributários relativos a imposto cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxa pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Art. 123 - São pessoalmente responsáveis:

- adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos, quando não haja, no instrumento respectivo, a prova de quitação de tributos;
- o sucessor a qualquer título e o conjugue meeiro, pelos tributos devidos ate a data da partilha ou adjudicação limitada esta responsabilidade no montante do quinhão do legado ou da meação;
- III. o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.
- Art. 124 Salvo a disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- Art. 125 A responsabilidade e excluida pela denuncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo Único - Não se considera espontânea a denuncia apresentada após o inicio de qualquer procedimento administrativo e medida de fiscalização, relacionado com a infração.

Titulo III

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

LANÇAMENTO

- Art. 126 O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exiguidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.
- Art. 127 Compete privativamente a autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- Art. 128 Quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, o lançamento opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homóloga.
- Parágrafo Único Decorrido o prazo de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
- Art. 129 O lançamento efetuar-se-a com base nos dados constantes do Cadastro Geral e nas declarações apresentadas pelos contribuintes, na forma e época estabelecidas nesta lei e em regulamento.
- Art. 130 Com o fim de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes ou responsáveis, e de determinar, com precisão a natureza e o montante dos créditos tributáveis, a Fazenda Municipal poderá:
 - exigir a qualquer tempo a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador da obrigação tributária;

- fazer inspeções nos locais e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas a obrigações tributarias ou nos bens que constituam matéria tributável;
- III. exigir informações e comunicações escritas ou verbais;
- IV. notificar o contribuinte ou responsável para comparecer as repartições da Fazenda Municipal;
- V. requerer ordem judicial quando indispensável a realização de diligência, inclusive de inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos objetos e livros dos contribuintes e responsáveis.

Parágrafo Único - Nos casos a que se refere o inciso V os funcionários lavrarão o termo de diligência, do qual constarão especificadamente os elementos examinados.

- Art. 131 É facultado aos prepostos da fiscalização o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente.
- Art. 132 Do lançamento efetuado pela Administração, será notificado o contribuinte, em seu domicilio tributário.
- § 1º Quando o Município permitir que o contribuinte eleja domicilio tributária fora de seu território, a notificação farse-á por via postal registrada com Aviso de Recebimento.
- § 2º A notificação farse-á por edital, na impossibilidade de localização do contribuinte, ou em caso de recusa de seu recebimento.
- Art. 133 O prazo para pagamento ou impugnação do lançamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da notificação, pelo sujeito passivo.
- Art. 134 A notificação de lançamento conterá:
 - o nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;
 - a denominação do tributo e o exercicio a que se refere;
 - III. o valor do tributo, sua aliquota e a base de cálculo;
 - IV. o prazo para recolhimento ou impugnação;
 - V. o comprovante, para o órgão fiscal de recebimento pelo contribuinte.
- Art. 135 Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou procedida a revisão e retificação daqueles que contiverem irregularidade ou erro.
- Art. 136 O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:
 - Impugnação do sujeito passivo;
 - II. recurso de oficio;
 - III. iniciativa de oficio da autoridade administrativa,
 - IV. nos casos previstos no artigo anterior.

CAPÍTULO II

SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- Art. 137 A concessão de moratória será objeto de lei especial, atendidos os requisitos do Código Tributário Nacional.
- Art. 138 Suspenderá a exigibilidade do crédito tributário, a partir da data de sua efetivação ou de sua consignação judicial, do depósito do montante integral da obrigação tributária.
- Art. 139 A impugnação apresentada pelo sujeito passivo, bem como a concessão de medida liminar em mandato de segurança, suspendem a exigibilidade do crédito tributário, independentemente de prévio depósito.
- Parágrafo Único Os efeitos suspensivos cessam pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em

parte ao sujeito passivo, e pela cassação da medida liminar concedida em mandato de segurança.

Art. 140 - A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal ou dela consequentes.

CAPITULO III

EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 141 - Extinguem o crédito tributário:

o pagamento;

a compensação,

III. a transação;

IV. a remissão;

V. a prescrição e a decadência;

VI. a conversão de deposito em renda;

VII.o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no art.128 e seu parágrafo único;

VIII.a consignação em pagamento nos termos do art. 145;

 a decisão administrativa irreformável, assim entendida definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X. a decisão judicial passada e julgada.

Art. 142 - Todo pagamento de tributo deverá ser efetuado em órgão arrecadador municipal ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, no prazo estipulado no art. 133.

Art. 143 - Os créditos tributários não pagos na data do vencimento terão o seu valor atualizado segundo os indices oficiais previstos, acrescidos de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta sem prejuizo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantias previstas na legislação tributária.

Parágrafo Único - Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora serão calculados do dia seguinte ao vencimento e a razão 1% (um por cento) ao mês calendário, ou fração, calculados sobre o valor originário.

- Art. 144 O poder Executivo poderá estabelecer em regulamento, descontos pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.
- Art. 145 A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:
 - de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo, de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;
 - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;
 - III. de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

Parágrafo Único - Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada e convertida em renda; julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de moras sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 146 - O sujeito passivo terá direito a restituição total ou parcial das importâncias paga a título de tributo ou demais créditos tributários, nos seguintes casos:

- cobrança, ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou em valor maior que o devido, em face da legislação tributária ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- erro na identificação do sujeito passivo, na determinação de alíquota, no cálculo do montante do débito ou elaboração ou conferência de qualquer documento ativo ao pagamento;

reforma, aquiação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

- § 1º A restituição de tributos que comportam, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-io transferido a terceiro, esta por este expressamente autorizado a recebe-lo.
- § 2º A restituição total ou parcial da lugar a restituição, na mesma proporção, dos juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se os acréscimos referentes a infrações de caráter formal.
- Art. 147 O direito de pleitear a restituição do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:
 - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 154 da data de extinção de crédito tributário;
 - II. na hipótese do inciso III do art. 154, da data em que es tornar definitivamente a decisão administrativa ou transitarem julgado a decisão judicial que tenha re formado, anulado ou rescindido a decisão condenatória.
- Art. 148 Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.
- Parágrafo Único O prazo de prescrição e interrompido pelo inicio da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Municipal.
- Art. 149 O pedido de restituição será feito a autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões legais da pretensão.
- § 1º A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão que se tenha tornado definitiva na esfera administrativa, favorável ao contribuinte.
- § 2º A não restituição do prazo definido implicará, a partir de então, em atualização monetária segundo indices oficiais, e na incidência de juros não capitalizáveis de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês.
- Art. 150 Após a decisão irrecorrivel favorável ao contribuinte, no todo ou em parte, serão restituídas de oficio ao impugnante as importâncias relativas ao montante de crédito tributário depositada na repartição fiscal para efeito de discussão.
- Art. 151 Fica o Executivo Municipal autorizado a compensar crêditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, nas condições e sob garantias estipuladas em cada caso.
- Parágrafo Único Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (um por cento) ao mês ou fração, correspondente ao juro que decorreria entre a data da compensação e a do vencimento.
- Art. 152 Fica o Executivo Municipal autorizado a, sob condição e garantias especiais, efetuar transação com o sujeito passivo da obrigação tributária para, mediante concessões mutuas, resguardados os interesses municipais, terminar o litígio e extinguir o crédito tributário.
- Art. 153 Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:
 - a situação econômica do sujeito passivo;
 - ao erro ou ignorância escorcháveis do sujeito passivo, quando a matéria de fato;
 - III. ao fato de ser a importância do crédito tributário inferior a 5% da Unidade Fiscal do Município de que trata o art. 238;
 - IV. as considerações de equiparidade relativamente as características pessoais ou materiais do caso;
 - V. as condições peculiares a determinada região do território municipal.

Parágrafo Único - A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será oficio sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários a sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

Art. 154 - O direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributária decai após 5 (cinco) anos, contados:

- da data que tenha sido notificada ao sujeito passivo qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento;
- do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que o lançamento deveria ter sido efetuado;
- III. da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vicio formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Art. 155 - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data de sua constituição definida.

§ 1º - A prescrição se interrompe:

- a) pela citação pessoal feita ao devedor;
- b) pelo protesto judicial;

c) por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor,

 d) por qualquer ato inequivoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

§ 2º - A prescrição se suspende:

 a) durante o prazo de concessão de moratória até sua revogação, em consequência de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro em benefício daquele;

 b) durante o prazo de concessão da remissão e ate sua revogação, em consequência de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro em benefício daquele;

 c) a partir da inscrição de débito em divida ativa, por 180 (cento e oitenta) dias, ou ate a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findar aquele prazo.

- Art. 156 A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função, e independentemente de vinculo empregatício ou funcional responderá civil, criminal e administrativamente pela decadência ou prescrição de créditos tributários sobre sua responsabilidade, ou que tenham ocorrido por sua omissão, cumprindo-lhe indenizar o Município dos valores correspondentes, devidamente atualizados pelos índices oficiais de atualização monetária.
- Art. 157 São também causas de extinção do crédito tributário a decisão administrativa irreformável, assim entendida e definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como na decisão judicial da qual não caiba recurso a instância superior.

CAPÍTULO IV

EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 158 - Excluem o crédito tributário:

- a isenção;
- II. a anistia
- Art. 159 A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluido, ou dela consequentes.
- Art. 160 A isenção é dispensa do pagamento de um tributo, por tributo, com especificação das condições a que se submete o sujeito passivo, salvo disposição em contrário, não é extensiva:
 - a contribuição de melhoria;
 - II. aos tributos instituídos posteriormente a sua concessão.

Art. 161 - A isenção pode ser concedida:

I. em caráter peral, embora sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área

ou zona do Município, em função de condições peculiares.

- em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.
- § 1º Tratando-se de tributos lançados por periodo certo de tempo, o despacho referido neste artigo devera ser renovado antes da expiração de cada periodo, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do periodo para qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.
- § 2º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de oficio, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor,

cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabivel, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em beneficio daquele.

- Art. 162 A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente a vigência da lei que a concede, não se aplicando aos atos qualificados em lei como crime, contravenção ou tenham sido praticados em dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou terceiros em beneficio daquele.
- Art. 163 A anistia pode ser concedida:
 - em caráter geral;
 - II. limitadamente:
 - a) as infrações da legislação relativa a determinado tributo;
 - b) as infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
 - c) a determinada região do território do Município, em função de condições a ela peculiares;
 - d) sob condição do pagamento do tributo no prazo nela fixado, ou cuja fixação seja por ela atribuída a autoridade administrativa.
- § 1º Quando não concedida em caráter geral, à anistia e efetuada, em cada caso, por despacho do Prefeito, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos registros previstos na lei para a sua concessão.
- § 2º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de oficio, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em beneficio daquele.

CAPITULO V

GARANTIAS E PREVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- Art. 164 Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus reais ou clausula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da clausula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- Art. 165 O crédito tributário precede a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- Art. 166 Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública municipal, ou de suas autarquias, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência publicassem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos a Fazenda, relativos a atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Titulo IV

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA

CAPÍTULO I

FISCALIZAÇÃO

- Art. 167 Compete a Administração da Fazenda Municipal, por seus órgãos e agentes especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.
- Art. 168 Para os efeitos da legislação tributária, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitadas do direito do fisco municipal de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos contribuintes e responsáveis pela obrigação tributária, ou da obrigação destes de exibí-los.
- Parágrafo Único Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que refiram.
- Art. 169 A autoridade da fiscalização municipal que proceder ou precedir a quaisquer diligências da fiscalização, lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma e prazo deste Código e do Regulamento.
- Parágrafo Único Os termos decorrentes da atividade fiscalizadora serão lavrados, sempre que possívei, em livro fiscal, extraindo-se a copia autenticada a pessoa sob fiscalização.
- Art. 170 Mediante intimação escrita, são obrigados a prestarem a autoridade administrativa todas as informações de que dispunham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:
 - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de oficios;
 - os bancos, casas bancárias, Caixa Econômica e demais instituições financeiras;
 - III. as empresas de administração de bens;
 - IV. os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
 - V. os inventariantes;
 - VI. os síndicos, comissários e liquidatários;
 - VII.quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe.
- Parágrafo Único A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quando a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar o segredo em razão de cargo, oficio, função, ministério ou profissão.
- Art. 171 Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, e vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Municipal ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do oficio, sobre a situação econômica ou financeira dos seus negócios ou atividades.
- Parágrafo Único Exetuam-se do disposto neste artigo, unicamente, os casos previstos no artigo seguinte e os de requisição regular da \autoridade judiciária no interesse da justiça.
- Art. 172 Os agentes da Administração Fiscal do município poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário a efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime de contravenção.
- Art. 173 O procedimento fiscal tem inicio com:
 - o primeiro ato de oficio, escrito, praticado por servidor competente, cientificando o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto;

W11 (1)

a apresentação de bens, documentos ou livros.

38

- § 1º O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos antenores e, independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas informações verificadas.
- § 2º Iniciado o procedimento fiscal, terão os agentes fazendários o prazo de 30 (trinta) dias para concluilo, salvo quando o contribuinte esteja submetido a regime especial de fiscalização.
- Art. 174 A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas ao cumprimento de obrigações tributárias, inclusive aquelas imunes ou isentas.

CAPÍTULO II

Seção I

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

- Art. 175 A Administração Municipal tem o prazo de 30 (trinta) dias, contados do término do periodo de que dispõe o sujeito passivo para impugnação, para a prática dos atos processuais na esfera administrativa, relativos a exigência de créditos tributários.
- Art. 176 Os atos e termos processuais conterão somente o indispensável a sua finalidade, sem espaço em branco e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.
- Art. 177 Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento, só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que ocorra o processo ou deva ser praticado o ato.
- Art. 178 A exigência do crédito tributário e as ações ou omissões do sujeito passivo que contrariem a legislação tributária, serão formalizadas em ato de infração distinto para cada tributo.
- Parágrafo Único Quando mais de uma infração a legislação de um tributo decorrer do mesmo fato e a comprovação dos ilícitos depender dos mesmos elementos de convicção, a exigência será formalizada em um só instrumento, no local da verificação da falta, e alcançará todas as infrações e infratores.
- Art. 179 O auto de infração será lavrado por servidor competente, no local da verificação da falta, e conterá obrigatoriamente:
 - a qualificação do autuado;
 - II. o local, a data e a hora da lavratura;
 - a descrição do fato;
 - IV. a disposição legal infringida e a penalidade aplicável;
 - V. a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugna-la no prazo de 30 (trinta) dias;
 - VI. a assinatura do autuante e a indicação de seu cargo, função e o número de matrícula.
- Art. 180 As incorreções ou omissões verificadas no ato de infração não constituem motivo de nulidade do processo, desde que no mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e o infrator.
- § 1º Havendo reformulação ou alteração do ato da infração, será devolvido ao contribuinte autuado o prazo de defesa.
- § 2º A assinatura do atuado poderá ser posta no auto, simplesmente ou sob protesto, e, em nenhuma hipótese implicará em confissão da falta argüida, nem sua recusa agravara a infração ou anulara o auto.
- Art. 181 Após a lavratura do auto, o autuante inscreverá em livro fiscal do contribuinte, termo do qual devera constar relatos dos fatos, da infração verificada, e menções especificada dos documentos apreendidos, de modo a possibilitar a reconstituição do processo:
- Art. 182 Lavrado o auto, terão os autuantes o prazo improrrogável de 48(quarenta e oito) horas para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

cobrança amigável do crédito, ressalvada a hipótese prevista no Parágrafo único do Art. 213.

Parágrafo Único - Esgotado o prazo de cobrança amigável sem que tenha sido pago o crédito tributário o órgão fazendário municipal declarará o sujeito passivo devedor remisso e encaminhará o processo a autoridade competente para inscrição em Dívida Ativa e posterior cobrança judicial.

- Art. 197 O processo será organizado em ordem cronológica e terá suas folhas numeradas e rubricadas.
- Art. 198 O julgamento do processo compete:
 - em primeira instáncia : aos Auditores Fiscais do município ou, na falta deste, ao Secretário de Finanças ou Fazenda Municipal;
 - em segunda instância: aos Conselhos de Tributos ou Contribuintes do Municipio ou, na falta deste, ao Prefeito Municipal.

Seção II

DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

- Art. 199 O processo será julgado no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua entrada no órgão incumbido do julgamento.
- Art. 200 Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar as diligências que entender necessária.
- Art. 201 A decisão conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação.
- § 1º A autoridade municipal dará ciência da decisão ao sujeito passivo, intimando-o, quando for caso, a cumpri-la, no prazo de 30 (trinta) dias.
- § 2º Não sendo proferida a decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a impugnação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.
- Art. 202- Da decisão caberá recurso voluntário do sujeito passivo, total ou parcial, com efeito, suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes a ciência da mesma.
- Art. 203 A autoridade de primeira instância recorrerá de oficio sempre que a decisão:
- I exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo ou de multa de valor originário, não corrigido monetariamente, superior 5% da Unidade Fiscal do Município;
 II - for contrária, no todo ou em parte, ao Município.

Seção III

DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

- Art. 204 O julgamento pelo órgão de segunda instância far-se-á nos termos de seu regimento interno e/ou do Regulamento, quando couber-ao Prefeito.
- § 1º O órgão competente dará ciência ao sujeito passivo da decisão de segunda instância, intimando-o quando for o caso, a cumpri-la, no prazo de 30 (trinta) dias.
- § 2º Caberá pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência.
 - de decisão que der provimento a recurso de oficio.
 - II. de decisão que negar provimento total ou parcialmente, a recurso voluntário.
- Art. 205 A decisão na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 90 (noventa)

dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para ciência do despacho, as modalidades previstas para a primeira instância.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir desta data.

- Art. 206 Da decisão de última instância administrativa será dada ciência com intimação para que o sujeito passivo a cumpra, se for o caso, no prazo de 30 (trinta) dias.
- Art. 207 São definitivas as decisões de qualquer das instâncias uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recursos, salvo se sujeitas a recurso de oficio.
- Art. 208 No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre a autoridade preparadora exonerá-lo de oficio, dos gravames decorrentes do litígio.

Seção IV

DO PROCESSO DA CONSULTA

- Art. 209 Ao sujeito passivo é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes da ação fiscal e segundo as normas desta lei e do Regulamento.
- Art. 210 A consulta será dirigida ao titular da Fazenda Municipal com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.
- Art. 211 Nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o sujeito passivo relativamente a espécie consultada, a partir da consultas até o trigésimo dia subsequente a data da ciência de decisão de primeira e segunda instância, consideradas definitivas.
- Art. 212 A resposta a consulta será respeitada pela Administração, salvos e baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.
- Art. 213 A formulação da consulta não terá efeito suspensivo da cobrança de tributos e respectivas atualizações e penalidades.
- Parágrafo Único O consulente poderá evitar a oneração do débito por multa, juros de mora e atualização monetária efetuando o pagamento ou o prévio depósito administrativo das importâncias que, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação ao consulente.
- Art. 214 A autoridade administrativa dará resposta a consulta no prazo de 60 (sessenta) dias.
- Parágrafo Único Do despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação, desde que fundamentado em novas alegações.

CAPÍTULO III Seção I

DÍVIDA ATIVA

Art. 215 - Constitui Dívida Ativa Municipal a definida como tributária ou não tributária na lei No. 4.320, de 17 de marco de 1964, com as alterações posteriores a partir da data de inscrição, feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito.

Parágrafo Único - A Divida Ativa Municipal abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

Art. 216 - A fazenda municipal inscreverá em Dívida Ativa os débitos não liquidados no vencimento, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela legislação tributária ou por decisão final proferida em

processo regular.

Parágrafo Único - Se o crédito municipal se encontra em vias de prescrever a inscrição e demais providências de cobrança judicial serão imediatas, pelo órgão competente fazendário.

- Art. 217 Os créditos do município serão cobrados amigavelmente antes de sua execução, nos termos do Art. 216.
- Art. 218 A inscrição suspenderá a prescrição para todos os efeitos de direito por 180 (cento e oitenta)dias até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
- Art. 219 A Divida Ativa Municipal será apurada e inscrita na Procuradoria Jurídica ou no órgão fazendário competente.
- Art. 220 O Termo de Inscrição de Divida Ativa deverá conter:
 - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um ou de outros;
 - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;
 - III. a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da divida;
 - IV. a indicação de estar a dívida sujeita a atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;
 - V. a data e o número da inscrição no livro da Dívida Ativa;
 - sendo o caso, o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.
- § 1º A Certidão da Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de inscrição e será autenticada pela autoridade competente.
- § 2º O termo de Inscrição e a Certidão da Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.
- § 3º Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Divida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado à devolução do prazo para embargos.
- Art. 221 A omissão de quaisquer requisitos no artigo anterior ou erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até decisão judicial de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar a parte modificada.
- Art. 222 O débito inscrito em Dívida Ativa, a critério do órgão fazendário e respeitado o disposto no Art. 140, poderá ser parcelado em até 10 (dez) pagamentos mensais e sucessivos, nos termos do regulamento.
- § 1º O parcelamento será concedido mediante requerimento do interessado, implicando no reconhecimento da divida.
- § 2º O não pagamento de quaisquer das prestações na data fixada, importará no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança de crédito.

Seção II

CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 223 - A prova da quitação dos tributos, quando a lei exigir, será feita por certidão negativa, expedida a vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações a identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo Único - A certidão negativa será sempre expedida nos termo em que tenha sido requerido e será fornecida dentro de 72 (setenta e duas) horas da data da entrada do requerimento na repartição.

Art. 224 - Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou seu cumprimento, quando tratar de pratica de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora, a atualização monetária, se couber, e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infração cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

Art. 225 - A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo pagamento do crédito tributário e os acréscimos legais.

Parágrafo Único - O dispositivo neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

Seção I

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 226 - Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou não, que importe na inobservância, por parte do contribuinte ou responsável, de normas estabelecidas por esta lei e por seu Regulamento ou de atos administrativos de caráter normativo.

Art. 227 - Independentemente dos limites estabelecidos nesta lei, a reincidência em infração da mesma natureza punir-se-á com multa em dobro, e, cada nova reincidência, aplicar-se-á mais 20% (vinte por cento) do referido valor.

Art. 228 - As multas serão cumulativas, quando resultarem concomitantemente do não cumprimento de obrigação tributária principal e acessória.

Art. 229 - Apurada a prática de crime de sonegação fiscal, a Fazenda Municipal solicitará ao órgão de segurança pública as providências de caráter policial necessária a apuração do ilícito penal, dando conhecimento dessa solicitação ao órgão do Ministério Público local através do encaminhamento dos elementos comprobatórios da infração penal.

Parágrafo Único - Constitui crime de sonegação fiscal:

- prestar declaração que deva ser produzida aos agentes da Fazenda Pública com a intenção de eximir-se total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei;
- inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documento ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exoneração do pagamento de tributos devidos a Fazenda Pública;
- III. alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública;
- IV fornecer ou emitir documentos fraciosos ou alterar despesas, majorando-as com o objetivo de obter dedução de tributos devidos a Fazenda, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

Art. 230 - São sujeitos a interdição os estabelecimentos comerciais industriais ou de prestação de serviços que violarem as normas de saúde, sossego, higiene, segurança, funcionalidade, moralidade, e outros de interesse da coletividade, face a constatação pelo órgão competente.

Parágrafo Único - A liberação dos estabelecimentos infratores somente se dará após sanada na sua plenitude, a irregularidade constatada.

Art. 231 - Os tributos não recolhidos no prazo determinado, serão acrescidos de multa calculada sobre o valor atualizado, nos percentuais:

- 5 % (cinco por cento) do valor devido, quando o pagamento for efetuado ate 30 (trinta) dias após o vencimento.
- 10 %(dez por cento) quando o pagamento for efetuado depois de 30 (trinta) dias e até 60 sessenta) dias após o vencimento.
- III. 15 % (quinze por cento) do valor devido quando o pagamento for efetuado depois de

decorridos 60 (sessenta) ou mais dias, do vencimento.

Art. 232- O valor das multas será reduzidas em até:

- 50 % quando o crédito tributário exigido for recolhido no prazo de defesa da primeira instância;
- 30 % se o sujeito passivo, conformando-se com a decisão da 1º instância, recolher, de uma só vez, o crédito exigido no prazo para interposição de recurso.

Art. 233 - As infrações a legislação tributária serão punidas com as seguintes multas, aplicadas sobre o valor atualizado do tributo, se for o caso.

- 200% (duzentos por cento) do valor do tributo, quando o contribuinte emitir documento fiscal consignado importância diversas do valor da operação ou com valores diferentes nas respectivas vias, com o objetivo de reduzir o valor do imposto a pagar.
- 200% (duzentos por cento) do valor do imposto quando o contribuinte transportar, receber ou manter em estoque ou depósito produtos sujeito ao imposto, sem documento fiscal ou acompanhados de documento fiscal idôneo.
- III. 50% (cinquenta por cento) do V.R.M. quando o sujeito passivo iniciar atividades sujeitas ao ISS, sem a respectiva inscrição no Cadastro de Atividades Municipais e deixar de informar posteriores alterações, no prazo de 30 (trinta) dias.
- IV. 50% (cinquenta por cento) do V.R.M. quando ocorrer erro, omissão ou falsidade na declaração de dados feita pelo sujeito passivo.
- V. 100% (cem por cento) do V.R.M. vigente, ao sujeito passivo que negar-se a prestar informações ou por qualquer modo tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do fisco, no desempenho de suas funções normais;
- VI. 50% (cinquenta por cento) do V.R.M. vigente, ao sujeito passivo que deixar de emitir nota fiscal ou outro documento exigido pela Administração;
- VII.50% (cinquenta por cento) do V.R.M. vigente, ao sujeito passivo que deixar de apresentar ou se recusar a exibir livros, notas ou documentos fiscais de apresentação ou remessa obrigatória ao fisco;
- VIII.30% (trinta por cento) da U. F. M. vigente, ao sujeito passivo que na condição de contribuinte substituto, for obrigado a reter na fonte o imposto devido por pessoas físicas ou jurídicas de que trata o Art. 30 deste Código, sem que a retenção tenha sido efetuada.
- IX. 50% (cinquenta por cento) da U. F. M. vigente, ao sujeito passivo que tenha efetuado a retenção na fonte prevista na lei, deixou de proceder o recolhimento da referida importância, como contribuinte substituto;
- X. 30% (trinta por cento) do V.R.M. vigente, ao contribuinte e a gráfica que encomendar e imprimir, respectivamente, documentos fiscais sem a prévia autorização da repartição fiscal;
- XI. 30%(trinta por cento) do V.R.M. vigente, ao sujeito passivo que não mantiver sob guarda, pelo prazo determinado no Art 155 - de prescrição do crédito tributário -,os livros e documento fiscais;
- XII.50% (cinquenta por cento) do V.R.M. vigente, ao sujeito passivo que permitir a retirada dos livros e documentos fiscais do estabelecimento sem autorização do Fisco;
- XIII.25% (vinte e cinco por cento) do V.R.M. vigente, ao sujeito passivo que registre dados incorretos na escrita fiscal ou nos documentos fiscais;
- XIV.20% (vinte por cento) do V.R.M. vigente, ao sujeito passivo que emitir documento fiscal sem conter o numero da inscrição do contribuinte;
- XV.20% (vinte por cento) do V.R.M. vigente, pela falta de declaração de dados obrigatórios;
- XVI.40% (quarenta por cento) da U.F.M vigente, pela sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços;
- XVII.20% (vinte por cento) do V.R.M. vigente, pela falta de comunicação, pelo sujeito passivo, do encerramento de atividades, ou comunicação após o prazo previsto no Regulamento e baixa de inscrição;
- XVIII.30% (trinta por cento) do V.R.M. vigente, a quaisquer pessoa física ou jurídica que infringirem dispositivos da legislação tributária do Município, para os quais não

tenham sido especificadas penalidades próprias.

Art. 234 - Poderá ser autorizada a suspensão de licença concedida a estabelecimento ou pessoa física ou jurídica, quando não estiverem sendo cumpridas as exigências do Municipio para o respectivo funcionamento.

Seção II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 235 - Os cartórios serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, para efeito de lavratura da escritura de transferencia ou venda de imóvel, certidão de aprovação do loteamento, e enviara Administração os dados das operações realizadas com imóveis, nos termos do parágrafo único do Art. 17 desta lei.

Art. 236 - O responsável por loteamento fica obrigado a apresentar a Administração:

título de propriedade da área loteada;

 planta completa do loteamento contendo, em escala que permita sua anotação, os logradouros, quadras, lotes, área total, áreas cedidas ao patrimônio municipal;

III. mensalmente, comunicação das alienações realizadas, contendo os dado indicativos dos adquirentes e das unidades adquiridas.

Art. 237 - Consideram-se integradas a presente Lei as Tabelas dos Anexos I, II, III, IV, V e VI que o acompanham.

Art. 238 - Fica instituída o VALOR DE REFERÊNCIA MUNICIPAL (V.R.M.) em R\$ 30,00 (Trinta Reais) e poderá ser atualizado trimestralmente de acordo com os indices oficiais de atualização monetária utilizada pelo Governo Federal.

Art. 239 - Esta lei será regulamentada por Decreto do Executivo Municipal no que couber.

Art. 240 - Este Código entra em vigor em 01 de Janeiro de 2009.

Art. 241 - Revogam-se as disposições em contrário.

VÁRZEA BRANCA, 12 de Dezembro de 2008

JOSE CARLOS DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Edelcio Eduardo Rodrigues Costa

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA ANEXO I

ANEXO I		
TABELA PARA COBRANÇA DO IMPO	OSTO SOBRE SERVIÇOS	i
Atividades constantes da lista do Art. 28 -	B. DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
EMPRESA		
Transportes Estritamente Municipais (iten 16)	preço do serviço	5%
Construção Civil (iten 7)	preço do serviço	5%
Diversões Públicas (iten 12)	preço do serviço	5%
Demais itens da lista	preço do serviço	5%
PROFISSIONAL AUTÔNOMO		Silvers Territorio Citto Supportati
Trabalho pessoal do profissional autônomo	B. DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
de nível superior	V.R.M.	300%
Trabalho pessoal do profissional autônomo		
de nível médio	V.R.M.	150%
	4	
"DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS"		
Trabalhador Avulso (conforme definido no Item IV do art. 32)	preço do serviço	5%
Trabalho Pessoal (conforme definido no Item V). do art. 32)	preço do serviço	E0/
70	preço do serviço	5%

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA. AN EXO - 11

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA A LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS.

Aliquota Sobre o U.F.M, ao ano

01 - Indústría:		
01.1 - ate 100 m2	100	0/6
01.2 - de 101m2 a 200m2	200	0/0
01.3 - de 201m2 a 300m2	300	0/0
01.4 - de 301m2 a 500m2		
01.5 - acima de 500m2	700	%
02 - Comércio:		
02.1 - Supermercado, por m2	3	%
02.2 - Loja (eletrodoméstico)por m2,	- 4	%
02.3 - Loja (confecção), por m2	37	1 %
02.4 - Farmácias e Drogarias, por m2		1 %
02.5 - Bar , por m2		%
02.6 - Quaisquer outros ramos de atividades comerciais		7.0
não constantes neste item, por m2	****	5 %
03 - Estabelecimentos bancários, de crédito,		
financiamento e investimento	1000	0/0
04 - Hotéis, motéis, pensões e similares: 04.1 - ate 05 quartos	150 %	
04.2 - de 06 a 20 quartos	200 %	
04.3 - mais de 20 quartos	300 %	6
04.4 - por apartamento	25 %	
05 - Representantes comerciais autônomos, corretores		
despachantes, agentes e prepostos em geral	200 %	ó
06 - Profissionais autônomos (não incluidos em outro		
item desta lista)	200 %)
07 - Casas de loterias	500 %	
08 - Oficinas de consertos em geral:		
08.1 - ate 20m2	50	%
08.2 - de 21m2 a 75m2	100	
08.3 - de 76m2 a 150m2	150	200
06.4 - de 151m2 em diante	200	%
	000000000000000000000000000000000000000	2077

Alíquota Sobre c V.R.M., ao ano

09 - Postos de serviços para veículos (lavagem, lubrificação, borracharia e similares)	300	%
10 - Postos de vendas de combustíveis (por bomba)	200	%
11 - Depósitos de inflamáveis, explosivos e similares	. 4	%
12 - Estabelecimentos de banhos, duchas, massagens, ginásticas, etc	500	%
13 - Barbearias e salões de beleza, por cadeira	50	%
14 - Ensino de qualquer grau ou natureza, por sala	100	%
	300 500	
16 - Laboratórios de análises clínicas	200	%
17 - Diversões públicas: 17.1 - Restaurantes dançantes, boates, etc. 17.2 - Bilhares e quaisquer outros jogos p/mesa. 17.3 - Circos e Parque de Diversões, por dia	400 50 100	%
18 - Empreiteiras e incorporadoras	500	%
19 - Correios	5009	%
20 - Agropecuária: 20.1 - ate 100 empregados	150 250	
21 - Demais atividades sujeitas a licença de Localização e funcionamento	100	0/0

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA A VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EM GERAL

Alíquota sobre o V.R.M. ao ano

ESPÉCIE DE PUBLICIDADE

1 - Publicidade afixada na parte externa ou interna	
de estabelecimentos industriais, comerciais,	
agropecuários, de prestação de serviço e outros,	
por publicidade	100%
2 - Publicidade sonora, por qualquer meio,	200%
3 - Publicidade escrita em veículos destinados a qualquer	
modalidade de publicidade - p/ veículo	100%
4 - Publicidade em cinemas, teatros, boates e similares,	
por meio de projeção de filmes ou dispositivos, por publicidade	100%
5 - Publicidade colocada em terrenos, campos de espor-	
tes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema	
de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou	
logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e	
caminhos municipais, por m2, por publicidade	30%
6 - Qualquer outro tipo de publicidade não constantes nos	
itens anteriores, por publicidade	50%

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA A EXECUÇÃO DE OBRAS, ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS

	Aliquota sobre o
	V.R.M.
- CONSTRUÇÃO	
a) Edificação até dois pavimentos, por m2 de	
área construída	2.5%
 b) Edificação com mais de dois pavimentos, 	
por m2 de área construída	2.5%
c) Dependência em prédios por m2 de parede	
ou área construída	3%
d) Galpões, por m2 de área construída	1%
- RECONSTRUÇÕES, REFORMAS, REPAROS,	
POR M2	2%
3 - QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS	
NESTA TABELA	
a) Por metro linear	1%
b) Por metro quadrado	2%
4 - LOTEAMENTOS:	
a) Aprovação por unidade de lote	10%
b) Autorização para desmembramento e remem-	
bramento por unidade de lote	25%

TABELA PARA	COBRANÇA DA	TAXA DE LICENÇA	RELATIVO AO ABATE DE ANIMAIS
-------------	-------------	-----------------	------------------------------

Aliquota Sobre o V.R.M.

	por cabeça
Bovino ou vacum	50%
Outros animais	30%
ANEXO VI	
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA DE TERRENOS OU VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	A OCUPAÇÃO EM AREAS
1 - FEIRANTES:	
	Alíquota Sobre o V.R.M.
	Ao ano
1.1 - por dia, por m2 de area ocupada	2,50%
1.2 - por mês,por m2 de area ocupada	7,50%
2 - VEICULOS:	
2.1 - carros de passeio, por ano	200%.
2.2 - caminhões ou ônibus, por ano	400%.
2.3 - caminhonetes e utilitários , por ano	300%
3. Bancas de Jornais ou Revistas	75%.
4. Quiosques de bebidas, sorvetes ou similares	100%
6. Postes ou similares, para qualquer uso - por unidade	3%.
7. Orelhões, cabinas de telefonia ou similar, por unidade	25%
8. Caixas postais ou similares, por unidade	30%.
9. Tampas de bueiros, ralos de esgotos ou similares,por unid	dade 10%
10. Postos de atendimento bancário, caixas eletrônicos	
ou similares, por unidade	200%
 11 - Demais pessoas ou atividades que ocupem área em terr públicos 	enos ou vias e logradouros
4.1 - por dia, por m2	7% do V.R.M.
4.2 - por mês, por m2	21% do V.R.M.
4.3 - por ano por m2	150% do V.R.M.





Blaple sobre as countrações ao Municipio de VÁRZEA BRANCA, Estado do PIAUÍ, e dá estras constituedas.

O PREPEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA, ISTADO DO PIALÍ

Pego seber que a Chouza Municipal aprovou e en sansitoto a neguiate Lei: CAPITULOI

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. I.º - Qualquer construção ou reforma de helatetres pública ou polvada , actientes podent ser es spós exame, aprovação do projeto e concessão de licença, de construção pela Prefeitura Munici-acousto com se exigências contidas neste Código, mediente a responsabilidade do professional log-finbilituais.

Art. 2º - Para os efeitos deste Código, floras dispensados de apresenação de projeto, florado coen sujeitos a concessão de licesça, a construção de silificações desdusdas a habitação e as propreses refora com as seguinas consecutoristicas:

- I terrum firea de construção (gual ou indesion a 70,00m2 (serenta santem quadrados);
 II rân determinaream reconstrução na sorfacimo que siltrapasse a iesa de 20,00 m2 (vinte motros quadrados)
 III não possiblem estrutium especial, sem exigirem oficado astrutural;
 IV não transgrudirem sem Código.

Parágrafa Único - Pera a concensão de llosaça, os casos previstos saste artigo, artio sulgidos croquis e certas expansiticos, contrado dissensões a fessa, traçadas em formulário formerido pela Prefeitura Manicipial.

Art. F - O mapomávei por instalação de atividade que pomo ser cuasadom de políticale, ficará másica a aproxentire o projeto so Sepão salados que trata de controle ambientel para cuasas o aprovação, sempre que a Prefeitura Municipal julgar nomasirio.

Art. 4º - Os projetos deverão estre de acordo com esta Lei e a Legislação vigaste sobre Zossamento e Parezismento do seão.

VÁRZEA RRANCA, 05 de Desendiro de 2006

JOSE CARLOS DA SILVA Prefeito Municipal

GABINETE DO PREPETO MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA, AOS CINCO DIAS DO MÉS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MILLE OLTO.

REGISTRG-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Eddicio Edundo Rodrigon Costa ecretário Municipal de Administraçi



ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA

LEE Nº 11340 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2008.

INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE VARZEA BRANCA, ESTADO DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

O Produkto Municipal de Vánne Hirano, limado do Plant, faço anher que e Chaura Municipal aprovas o sanctione a seguinte Lei:

1 OUTTITE

DERPOSIÇÕES GERAIS

CAPTULOT

DESPOSIÇÕES PREILIMINARES

Art. 1º - Brac Código lum como finalidade instituir es medidas 6e policia administrativa a cargo do Municiplei em matirio de higiene pública, do hom-estar público, de localização de finacionemento de emabelecimentos comerciale, incharriado e prestudence de enevigo, hom como as correspondentes relações jurídicas entre Poder Público Municipei e os numéripos.

Ari. 2" - Ao Prefeito e ans acryidones públicos municipais son goral compete comprir e fauer comprir es rições deste Código.

Art. 3º - Tuda pessan fisina ou junitica, sujeita se prescrições deste Código, fica obrigada a fasilitar, por undos co fiscalização municipal so desempesho de sesa fisações legals.

VÁRZEA EIRANCA, OS de Dessetton de 2006

JOSE CARLOS DA SILVA

QABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OTTO.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SII

Eddicio Eduado Rodriguss Costa Secretário Municipal de Adefinistração



ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA

Inecinii o Regime Jurillico Onico e Imputo Gor Sorvidoros Pifolius do Municipio do VÁRZEA BRANCA, listado de Piest, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL HE VÁRZEA BRANCA, Sendo de Pinol, Papo seber

TITULO I

CAPITULO ÚNICO Dat disposições Profesion

Art. 1º - Bits Lai institui o Regimo Juridicu Galco, de conformidade com o ars. 39 da algiso Pederal, art. 53 da Camelhalção de Estado de Pisal e art. 81º da Lai Orgânico Municipal, e o o dra Servidosea Públicos do Monicípio de VÁRZIJA BRANCA.

§ T^o · O Regime de que trata o promote artigo é o Batanatirio.

§ P - O Sirema Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais cod o Regime Geral de Previdência Social metabacido polo Governo Federal coja beneficie operibuições será visculado, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSIS).

VÁRZEA BRANCA, 05 de Desembro de 2006

José Carios da Silva Profetto Municipal

GABRIETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA, AOS CIRCO DIAS DO MÉS DE DECRARBRO DO ANO DE DOTE MIL S OLTO.

REPORTRE-RE, PUBLIQUE-RE S COMPRA-SE

Edificio fiduardo Rodrigues Costa scretário Municipal de Administração



ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA BRANCA

LEI N.º 115/08 de 12 de Dezembro de 2008

DISPÓE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICIPIO DE VÁROXA BRANCA, ESTADO DO PLALE.

O Prefeito Municipal de VÁRZEA BRANCA, Estado de Pleul. taz seber que e Climana Municipal aprovou e su adeciono a segúnte los:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Elem prejulico des normes legais supletivas e des deposições regulamentaries, con undamento na Constituição Podessi e na Lai Orgânica Municipol de VAPCEA BRANCA, esta Lai Sepõe sobre o Sistema Tritudário do Municipio, regulando e alterando toda a mestina vibualida

Livro Primeiro

PARTE ESPECIAL - TRIBUTOS

Art. 2" - Compõe a eleterne bituntério do Município os seguintos tributos :

- I Impostos:
 a) Imposto some a Proprincipale Predial e Territorial Urbana;
 b) Imposto Sobre Berrigos de gualquer relument,
 d) Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóvela;

- II Tesse, em rectio exercício de policie:

 a) de Somoje para localização;

 b) de Somoje para funcionamento e/ ou de resuveição de funcionamento mento de somoje para cuacionamento de como de Somoje para cuacionado de somo,

 d) de Somoje para publicidado:

 do Somoje para coupeição de áreas em vias o logradouros públicos.

VÁRZEA BRUNCA, 12 de Dezembro de 2006

JOSE CARLOS DA SELVA

GABINETE DO PERFETTO MUNICIPAL DE VÁSIZEA BILANCA, AQUI DODE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MEL E OTTO. DEAS DO MÊS DE DE

REGISTRE-SE, PUBLISCIE-SE E CUMPICA-SE

Rádicio Educato Rodrigues Costa eccetário Municipal de Administração

www.diarioficialdosmunicipios.com.br